

Os riscos da receita radical do Dr Bulhões

Oswaldo Lório

ENTENDE o prof. Bulhões que se impõe modificar a política econômico-financeira vigente no país. Argumenta o ilustre economista que uma inflação persistente, da ordem de 100% ao ano, não pode ficar submetida indefinidamente a um processo de combate gradualístico. Partindo dessa premissa, propõe o prof. Bulhões a adoção de um tratamento de choque (eufemisticamente denominada de austeridade), com fundamental apoio nas seguintes medidas, de aplicação simultânea: extinção da correção monetária, eliminação dos subsídios e reformulação da política salarial.

Segundo depreendemos de seu pronunciamento na imprensa escrita e falada, o mecanismo engendrado pelo prof. Bulhões para solucionar o impasse em que nos encontramos teria mais ou menos o seguinte desenvolvimento. Os trilhões de cruzeiros que o Governo passaria a dispor com a supressão dos subsídios seriam destinados, em parte, à liquidação dos débitos para com os empreiteiros, e no restante, de montante mais significativo, à reativação da economia nacional. Em decorrência dessa estratégia, dar-se-ia maior oferta de emprego em todo o país, o que, por sua vez, após algum decurso de tempo, permitiria o favorecimento do aumento do salário do trabalhador. A atual política salarial seria substituída por uma política inteiramente baseada na livre negociação entre as partes interessadas, patrões e empregados. A respeito, defende o professor a tese de que é preferível receber salário adicional por meio de aumento de compra do que repor o poder de compra com a inflação, com a qual concordamos incondicionalmente.

Gostaríamos de acrescentar, nessas poucas linhas de que dispomos, que, se a inflação, de custos e/ou demanda, fosse efetivamente eliminada em curto prazo (alguns meses), todos nós, brasileiros e residentes estrangeiros, suportaríamos, prazerosamente, o congelamento dos salários, o corte no saldo dos empréstimos à agricultura e à exportação e a extinção da correção monetária. Exatamente nesse ponto reside nossa dúvida.

Quem nos garante, uma vez adotadas as três medidas, que tudo se passará na conformidade do comportamento esperado pelo Prof. Bulhões? Por que essa dúvida nos assalta o espírito? Simplesmente porque a proposição apresentada à comunidade brasileira não desce a detalhes esclarecedores. Limita-se a enunciação daquelas três medidas solitárias e à descrição sumária do desencadeamento de um processo em termos excessivamente simplificados. Nele não se explicitam os instrumentos de política econômica que se configurem capazes de assegurar a consecussão dos objetivos visados. Sem pretender menosprezar a autoridade internacionalmente reconhecida do Prof. Bulhões, a quem rendemos nossas homenagens por tudo que tem feito pela nossa Pátria, a apresentação de sua tese é vazada em termos de *magister dixit*.

Talvez devido à ausência de esclarecimentos se torne impossível convencer a população brasileira da excelência do tratamento de choque entre nós. Sem disporem de elementos de convicção, teriam os trabalhadores, sobretudo os que percebem menores retribuições, compreensão suficiente para aguardarem pacificamente o surgimento de melhores dias? Abstendo-se de reivindicar reajustamentos de salários até que a inflação fosse debelada? Uma outra série de questões mereceria maior detalhamento. Por exemplo: que providências seriam tomadas no sentido de evitar uma corrida desenfreada às cadernetas de poupança, cujo saldo, da ordem de 8,5 trilhões de cruzeiros, é indisponível, tanto no Sistema Financeiro da Habitação como no BNH? Que procedimento adotar para com os portadores de Letras Imobiliárias, CDB, RDB, ORTN, LTN, Letras de Câmbio, debênture, etc se eles manifestassem preferência pela liquidez? Ou será que os ativos financeiros deveriam ser bloqueados durante a fase do tratamento de choque?

Ainda mais um ponto, para terminar. Se os salários deixassem de ser reajustados, enquanto não se reduzisse a inflação, deixariam de subir os preços dos gêneros alimentícios, das tarifas de serviço público, da gasolina e derivados do petróleo, das taxas e impostos federais e estaduais? Deixariam de ser reajustadas as locações residenciais e os financiamentos habitacionais? Nos termos em que a proposição do Prof. Bulhões foi colocada, jamais será possível aceitá-la. Assim pensamos.

Oswaldo Lório é economista, técnico em planejamento e pesquisa do IPEA. Ex-diretor da BNH, carioca, 68 anos, mora em Copacabana.